

P. Ramos
RH
10



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da
Ilha Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

Encerramento 2016

P. Ramos
R.H.
A

1. INTRODUÇÃO

A TERAMB – Empresa Municipal de gestão e valorização ambiental da Ilha Terceira, E.M., adiante designada por TERAMB E.M. é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, com a qualificação de empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com o estatuto de pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da mesma Lei

Detida em 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi constituída a 1 de Novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividade no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, podendo vir a exercer também no abastecimento de águas e produção de energias renováveis.

Os órgãos sociais da TERAMB, EM são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e os seus titulares são nomeados por um período de dois anos, coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo de atos de exoneração e de continuação de funções até à sua efetiva substituição.

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 15.º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração elaborar os documentos de prestação de contas e submetê-los a aprovação das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Compete ao Fiscal Único a emissão de parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

Assim e porque compete à Assembleia Geral pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a TERAMB, EM, apresenta-se o presente relatório de gestão e contas, para que possa ser submetido a apreciação da Assembleia Geral e posteriormente propô-los às Câmaras Municipais, para aprovação.

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano 2016 foi indiscutivelmente marcado pela entrada em funcionamento pleno da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira que, como é sabido, dotou a ilha e a região de um conjunto de infraestruturas, nomeadamente ecocentro, central de valorização orgânica, central de valorização energética de resíduos e centro de processamento de resíduos animais, do aterro de resíduos perigosos e da atividade de mineração das bolsas antigas do aterro, que em conjunto permitiram dar um destino adequado a todos os resíduos que deram entrada na instalação, quer recolhidos pelos Municípios quer entregues diretamente, ao refugo proveniente de 3 ilhas, Corvo, Flores e Santa Maria e aos provenientes da limpeza do passivo ambiental das antigas bolsas do Aterro Intermunicipal da ilha Terceira. Esta instalação permitiu ainda a substituição do consumo de combustíveis fósseis importados pela queima de resíduos para a geração de energia elétrica, a diminuição de incidência de gaivotas e roedores no lixo, a redução de lixiviados para aquíferos suspensos e a melhoria da qualidade do ar na zona do aterro, a par de promover ativamente a valorização multimaterial e orgânica.

A 1 de janeiro o projeto da CTVRIT apresentava uma taxa de execução de 97%, tendo transitado para 2016 o montante 542.094,87€ que foi totalmente executado no segundo trimestre.

A par destas obras ainda decorreu a empreitada de construção do edifício do Centro de Processamento de resíduos animais que não foi apoiada pelo projeto por a obtenção do visto do Tribunal de Contas não ter ocorrido em tempo útil. A empreitada contratualizada por 425.000,00 € ficou concluída no 2º trimestre de 2016.

A conclusão e entrada em funcionamento do projeto foi celebrada com a inauguração do empreendimento a 29 de junho.

Resíduos rececionados na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira

No período em análise, foram rececionadas na CTVRIT um total de 41.079,71 toneladas de resíduos, o que representa um acréscimo em cerca de 1,83 % comparativamente a 2015. Este aumento deveu-se essencialmente às quantidades recebidas de resíduos de construção e demolição, matéria orgânica, madeiras, biodegradáveis e refugo do tratamento mecânico das ilhas Flores e Santa Maria. Em todas as restantes categorias verificou-se um decréscimo. No gráfico 1 é apresentado um comparativo entre os quantitativos de resíduos que deram entrada de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e no período homólogo de 2015.

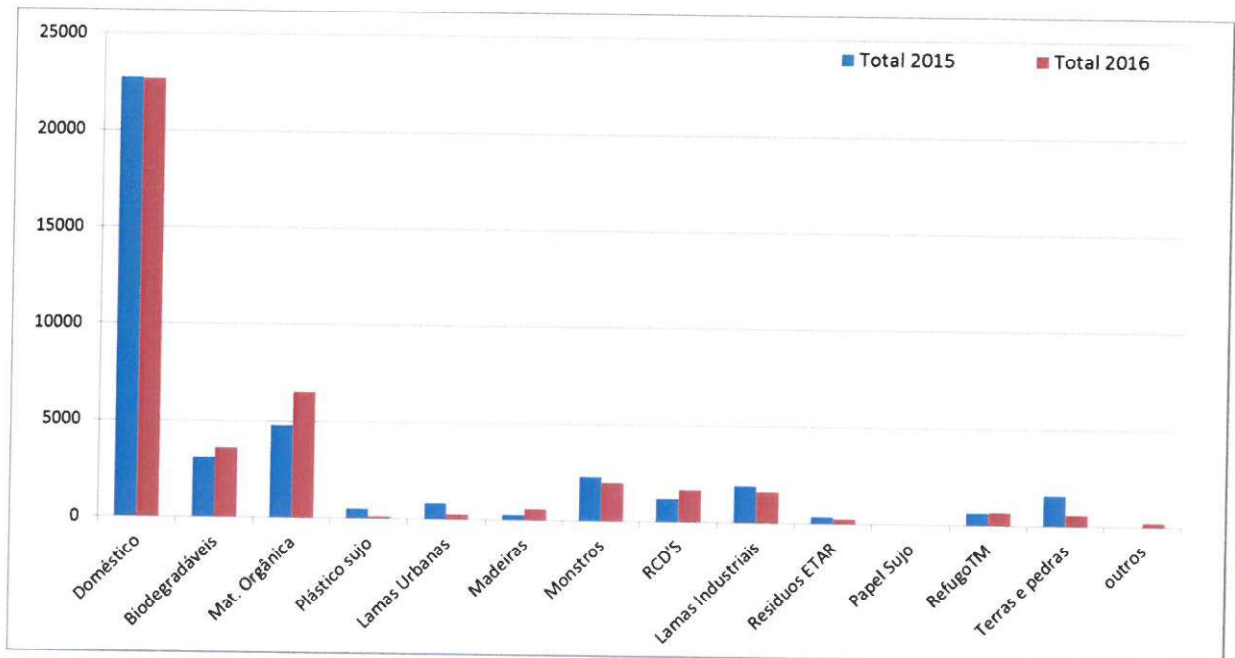


GRÁFICO 1: comparação entre os quantitativos de resíduos que deram entrada na CTVRIT no terceiro trimestre de 2015 e no terceiro trimestre de 2016. Valores em toneladas.

Central de Valorização Energética

O ano 2016 marca o início de exploração da Central de Valorização Energética (CVE) pela TERAMB E.M e naturalmente novos desafios, nomeadamente:

- Arranque de uma atividade inovadora na Região Autónoma dos Açores;
- Tratar de resíduos com baixo poder calorífico, minimizando o recurso a combustíveis auxiliares;
- Tratar de resíduos provenientes da mineração, que representam cerca de 30% da queima diária com bom controlo da combustão;
- Alteração do processo de descarga das viaturas de recolha municipais;
- Funcionamento em contínuo, 24 horas, em turnos rotativos, apenas com colaboradores da empresa;
- Recrutamento de colaboradores, sem experiência na área das caldeiras, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e da empresa municipal Praia Ambiente.

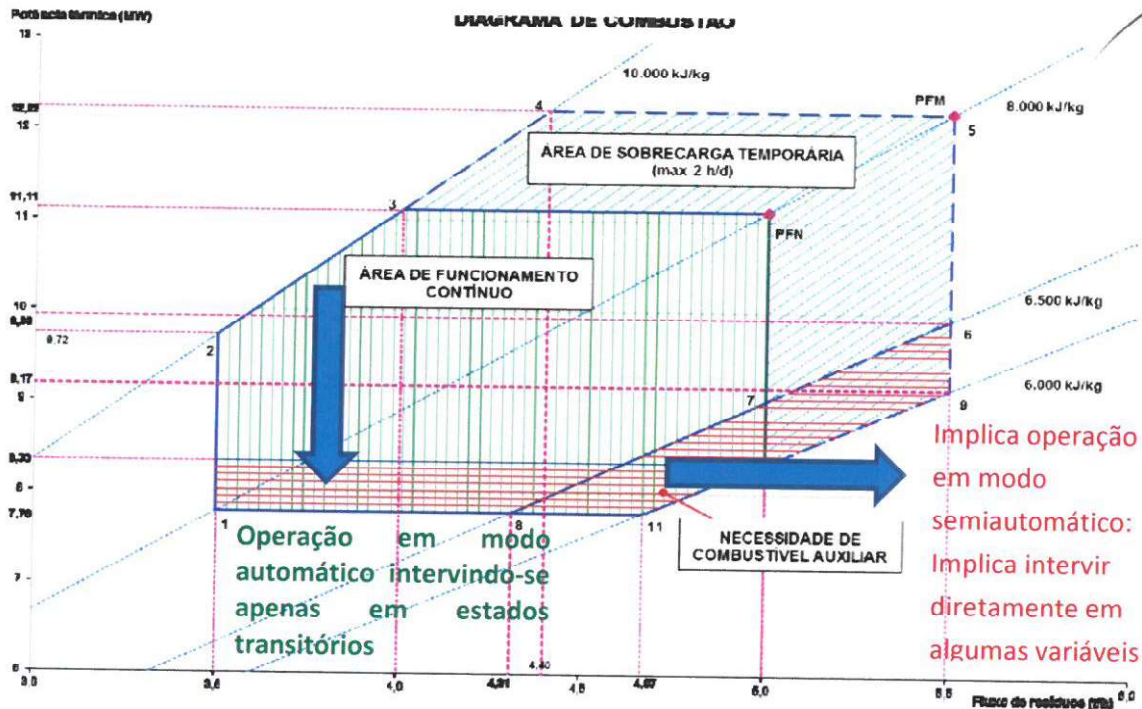
A CVE recebe os resíduos indiferenciados provenientes de diversas origens e procede à sua valorização energética:

- Municípios;
- Trituração;
- Mineração;
- Resíduos industriais banais;
- Subprodutos animais;
- Diversos.

Neste processo, o calor resultante da queima controlada, por grelhas dos resíduos a uma temperatura superior a 850°C, é convertido em energia elétrica através de um sistema turbogerador, sendo esta energia exportada para a rede pública através de uma linha de média tensão.

Durante o ano de 2016, a CVE tratou cerca de 37554.9 toneladas de resíduos. Destaca-se a queima de resíduos provenientes da mineração que neste ano representou cerca de 30% dos resíduos incinerados, constituindo um desafio a combustão destes resíduos com baixo poder calorífico minimizando o recurso ao combustível auxiliar, sendo necessário para isso a aprendizagem em trabalhar na parte inferior do diagrama de combustão em modo semiautomático (ver imagem abaixo), a melhoria da gestão da fossa de resíduos e proceder-se a alterações em alguns parâmetros operacionais em conjunto com o fornecedor do turbogruppo, EDA e o empreiteiro.

Ramos



Em termos de energia produziu-se cerca de 10254.8 MWh ano (inclui exportação e autoconsumo). A produção de energia eléctrica foi fortemente condicionada durante o ano de 2016 na sequência de diversas avarias nos grupos de bombagem de alimentação à caldeira, que originaram uma perda de rendimento de aproximadamente 5%, situação esta só resolvida, pela paragem da central para reparação dessas bombas, entre setembro e outubro. Contudo as condições normais de operação só ficaram restabelecidas a partir de meados de novembro. Destaca-se ainda a exportação de energia térmica, cerca de 90 toneladas de vapor, a partir de novembro para o Centro de Processamento de Resíduos Animais (CPRA).

A electricidade exportada em 2016 pela CVE correspondeu a 4.29% do total de energia produzida na ilha terceira e ao consumo de energia de cerca de 2739 famílias.

Em maio foi efetuada uma paragem programada para manutenção, de 2 semanas, conforme o plano anual de manutenção e ainda entre setembro, outubro e novembro a paragem da central durante 74 dias devido às condicionantes referidas anteriormente, cuja resolução definitiva se encontra a ser analisada pelo empreiteiro no âmbito da garantia. Para além destas intervenções foram realizados os trabalhos de manutenção habituais de uma

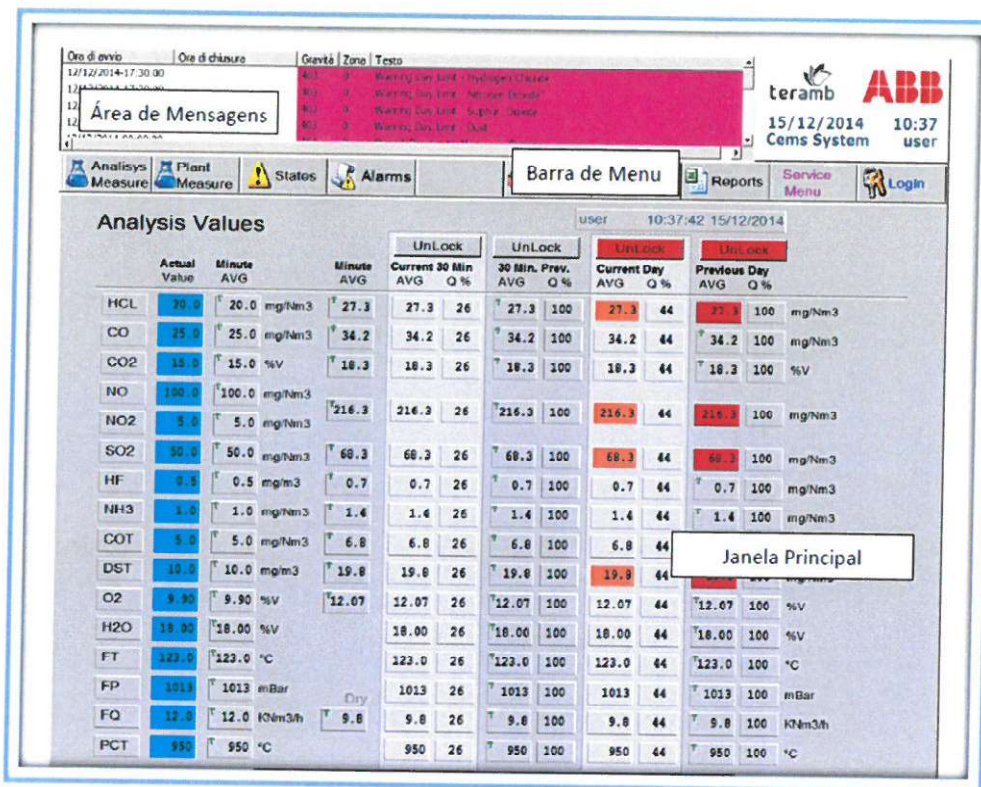
instalação desta dimensão e ainda pequenas paragens programadas para correção de defeitos verificados durante o início da operação em conjunto com o empreiteiro.

Emissões Atmosféricas

O sistema de aquisição, processamento, supervisão e impressão de dados da monitorização contínua das emissões atmosféricas é realizado de acordo com a legislação em vigor. O sistema SCADA (telegestão) inclui uma série de módulos de software feitos especificamente para os processamentos necessários nos sistemas de monitorização de emissões, tais como:

- Cálculo e validação das medições de acordo com os estados dos dispositivos; a validação da medição também compreende a verificação do bom funcionamento dos equipamentos que lhe correspondem.
- Processamento das médias por minuto, de meia em meia hora, horárias, diárias, bidiárias de funcionamento normal, semanais móveis, mensais com funcionamento normal, mensais e anuais e os respetivos índices de disponibilidade. As médias semanais móveis são médias que se referem a um período de 7 dias, não necessariamente iniciado às segundas-feiras.
- Produção autónoma dos relatórios, em formato Excel, relativos aos períodos de observação recomendados

A interface é baseada num conjunto de páginas gráficas que mostram as medidas em tempo real, as medias calculadas, os parâmetros de cálculo, as tendências e os relatórios.



De acordo com a atual Licença ambiental e Licença de exploração as emissões de gases de combustão devem ser referidos às condições seguintes: temperatura 273 K, pressão 101,3 KPa, 11% de oxigénio, gás seco.

Os valores médios a intervalos de trinta devem ser determinados durante o período de funcionamento efetivo, excluindo as fases de arranque e de paragem em que não sejam incinerados quaisquer resíduos, a partir dos valores medidos após a subtração dos valores dos intervalos de confiança. Depois dessa subtração e de normalizado o valor para as condições de referência, sendo a ordem de aplicação das duas correções arbitrária, é então possível estabelecer uma comparação com os valores-limite de emissão respetivos.

O sistema de tratamento dos gases funcionou na normalidade, tendo-se procedido à sua calibração conforme exigências legais.

Da observação de todos estes elementos pode-se constatar que as emissões atmosféricas estiveram controladas durante todo o ano, com exceção dos parâmetros CO (monóxido de carbono) e NOx (óxidos de azoto), verificando-se ultrapassagens esporádicas dos valores limite para estes parâmetros para as médias semi-horárias, mas menos do que o número de

horas limite definido pela legislação. Esse facto está relacionado com a dificuldade de manter a temperatura de combustão acima dos 950°C, devido ao baixo poder calorífico dos resíduos e a sua heterogeneidade.

Instalação de Tratamento e Valorização de Escórias

As escórias com origem na atividade da CVE são encaminhadas para a Unidade de Tratamento e Valorização, onde ocorre a remoção de elementos grosseiros, contaminantes e metais ferrosos. Os metais são encaminhados para reciclagem e as escórias, depois de crivadas a 25 mm, são utilizadas em pavimentações.

Valorização Multimaterial e Aterros

Foram encaminhados para reciclagem 329,21 toneladas de resíduos, correspondendo 89% a escórias ferrosas e os restantes 11% a materiais que deram entrada no ecocentro e veículos em fim de vida do parque de viaturas apreendidas.

Na atividade da mineração de resíduos, foram recuperados das bolsas do aterro e submetidos posteriormente a valorização energética 10.880 toneladas.

Os resíduos de grandes dimensões como monstros e madeiras foram submetidos a uma trituração e valorizados energeticamente.

Os resíduos verdes foram todos encaminhados para a zona de armazenamento da central de valorização orgânica onde foram triturados e valorizados por compostagem, juntamente com as lamas provenientes da estação de tratamento de águas residuais da indústria de laticínios, perfazendo um total de 4385 toneladas.

O Centro de Processamento de Subprodutos Animais, entrou em operação no quarto trimestre de 2016, tendo sido encaminhados para esta unidade de tratamento cerca de 880 toneladas que após tratamento foram encaminhados para a valorização energética.

Apenas os resíduos que não podiam ser reciclados, valorizados energeticamente ou organicamente foram depositados em aterro. Saliente-se que foram depositados em aterro (D1) 9.372 toneladas, das quais cerca de 5.300 corresponderam a matéria orgânica que foi depositada devido ao CPRA só ter entrado em funcionamento pleno no final do ano. Paralelamente e como já referenciado, da atividade de mineração foram valorizadas 10.864 toneladas, o que dá um balanço de -1.462 toneladas depositadas.

Abaixo apresenta-se um gráfico comparativo da evolução das operações de tratamento desde a entrada em funcionamento da Teramb, em 2011, até ao presente

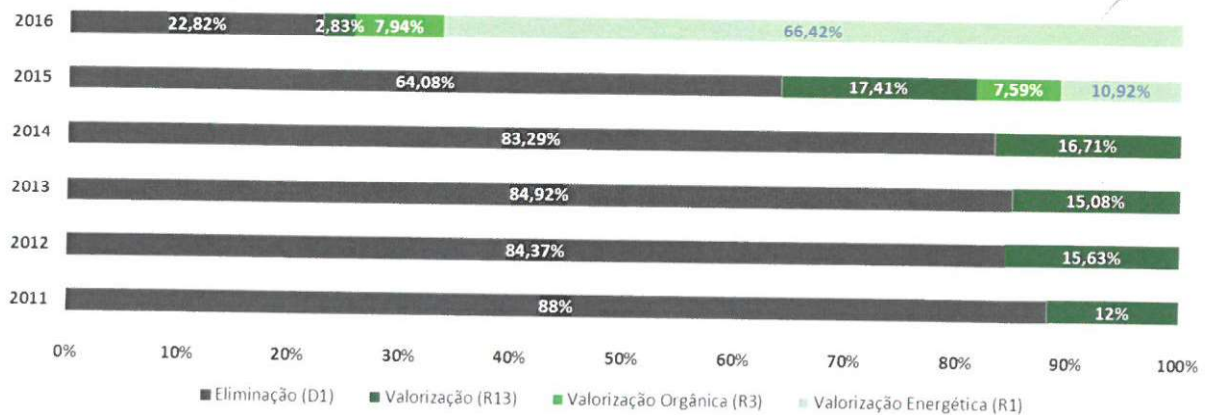


GRÁFICO 2: Evolução das operações de tratamento de resíduos na CTVRIT.

No que se refere ao desempenho ambiental foi cumprido o plano de monitorização ambiental estabelecido na licença ambiental e de exploração, não se tendo verificado irregularidades a registar.

Relativamente à gestão do parque de viaturas apreendidas, deram entrada, 27 viaturas entregues pela Polícia de Segurança Pública, foram enviadas para centro de abate 20 viaturas e devolvidas 4 aos seus proprietários.

Investimentos

No que concerne ao plano de investimentos para 2016, foi totalmente executado, com exceção da aquisição de Equipamento para medição da qualidade da rede, no montante de 18.000,00, investimento que transitará para 2017.

Gestão de Pessoal

Ao nível do quadro de pessoal, em março procedeu-se à contratualização de 9 colaboradores que vieram da Praia Ambiente, à celebração de acordos de cedência por interesse público com 5 colaboradores dos SMAH e à contratualização de mais 5 colaboradores que também já estavam em formação ou a prestar serviços ao abrigo de programas de apoio ao emprego. Deste total, 14 ficaram afetos à Central de Valorização Energética (CVE) e 5 ao Departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística (DVMAL). Em setembro foram contratualizados mais 4 colaboradores para dar apoio ao DVMAL e operar com o Centro de Processamento de Resíduos animais. No que se refere a saídas, não foi renovado contrato com o técnico superior que estava a contrato a tempo certo na CVE. Assim, a 31 de dezembro a Teramb contava com 31 colaboradores, 18 afetos ao departamento da Central de Valorização Energética, sendo 1 diretor técnico, 2 técnico superior (estando 1 ao abrigo

do programa estagiar L), 5 chefes de turno, 10 operários e 15 afetos ao departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística, 1 diretor técnico, 2 técnico superior (estando 1 ao abrigo do programa estagiar L), 1 encarregado, 1 administrativo e 10 operários.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

DESPESA

No período em referência o volume de negócios foi de 1.881.887,94 €, o que representa uma percentagem de cerca de 100% relativamente ao orçamentado, portanto dentro do esperado e refere-se 56,73% à prestação de serviços de tratamento de resíduos e 43,27 % a vendas, essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE. A estes valores acresce 10.094,17€ de subsídio à exploração, resultante do apoio do programa Integra. Acresce também 1.277.503,41 € proveniente essencialmente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT. Relativamente a este subsídio foram já apresentados e recebidos todos os pedidos de pagamento no montante global final de 35.383.920,12€, sendo que o valor imputável ao exercício de 2016, ascendeu a 2.681.235,26€. Assim, já se encontra reconhecido o montante total de 1.687.780,03€, dos quais 1.250.911,85€, são rendimentos do exercício de 2016, reportados à data de 31 de dezembro.

A nota justificativa do cálculo destes últimos valores pode ser observada no ponto 23 e 31 do documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

Comparativamente ao período homólogo de 2015, verifica-se um acréscimo de 49,58 % no Volume de Negócios, muito como resultado da venda de eletricidade produzida na CVE.

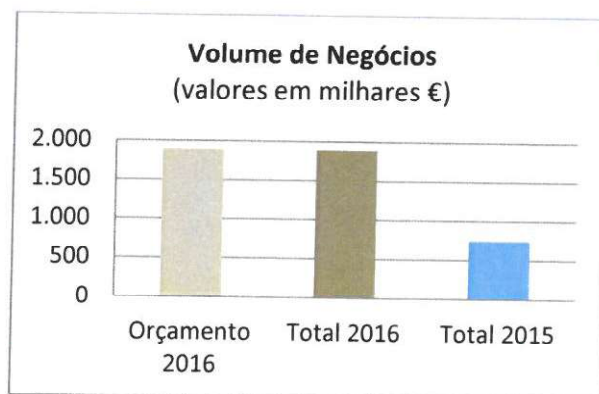


Gráfico 3: representação do volume de negócios previsto para 2016, do obtido no fecho do exercício de 2016 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2015

As despesas correntes, com um valor de 779.961,26 €, representam uma execução orçamental de 79,43%, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, um gasto que passa a ter expressão no exercido de 2016, foi de 308.481,92, 50,86% do orçamentado, enquanto os gastos com o pessoal ascendem a 623.013,8 €, correspondendo a uma execução orçamental na ordem dos 152,57 %. À semelhança do referido nos fechos intercalares de 2016 e de uma forma global, todos os valores encontram-se ligeiramente abaixo do orçamentado, denotando uma gestão de enorme contenção. A exceção são os gastos com o pessoal, muito como resultado da entrada em funcionamento das restantes valências, bem como do esforço que foi despendido na mineração de resíduos, tornando-se necessário a realização de trabalho extraordinário essencialmente durante o 2º e o 3º trimestre e a contratualização de mais 4 operários que entraram em funções a 7 de setembro.

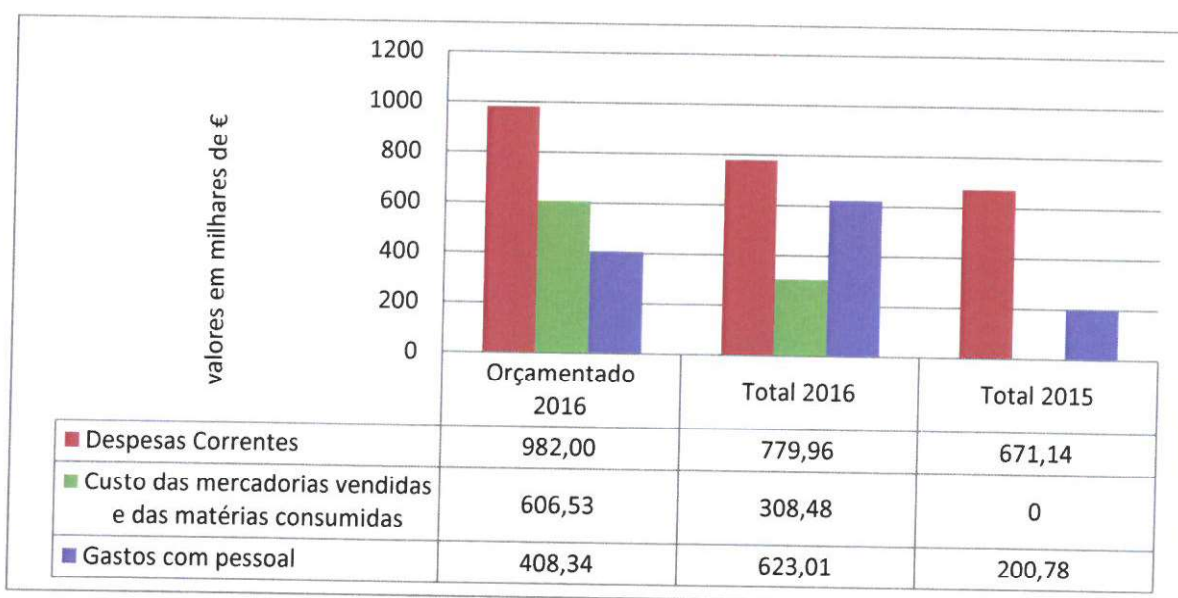


Gráfico 4: representação do volume de despesas correntes, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e gastos com pessoal previsto para 2016, dos valores obtidos fecho do exercício de 2016 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2015.

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, no valor de 1.311.282,43 €, representam 99,53 % do orçamentado enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a 63.604,19 €, 133,74 % do orçamentado e os outros gastos e perdas cifram 67.257,48 €, portanto 161,97 % do previsto.

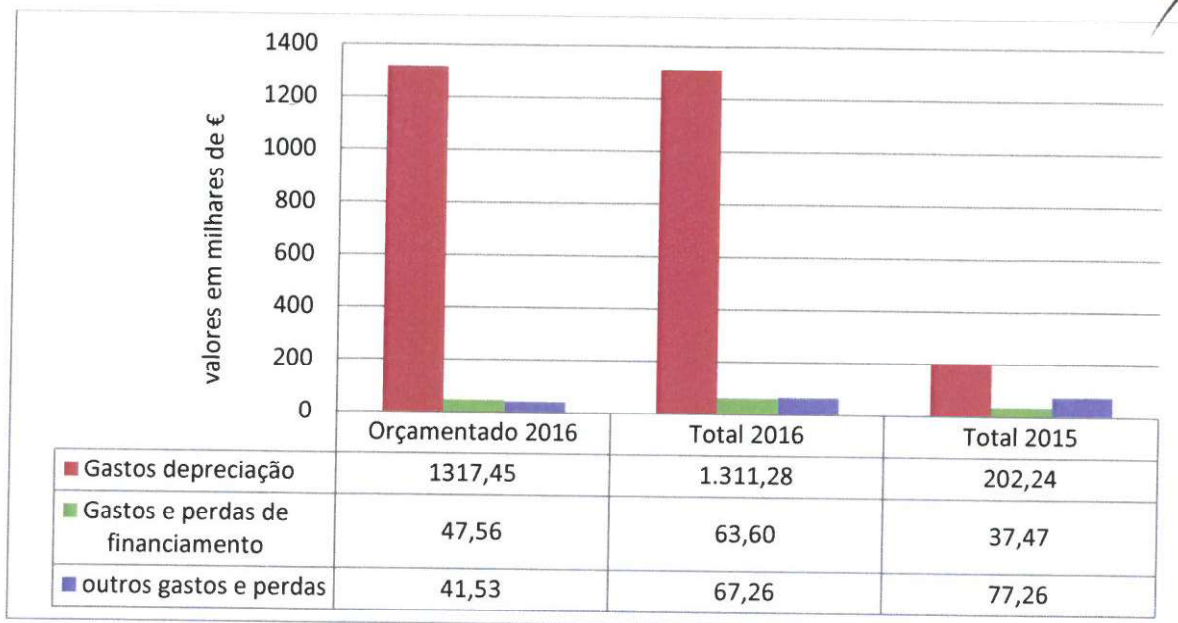


Gráfico 5: representação dos gastos com depreciação, gastos e perdas de financiamento e outros gastos e perdas previsto para 2016, dos valores obtidos fecho do exercício de 2016 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2015.

4. BALANÇO E RESULTADOS

O Total do Ativo corrente da TERAMB ascendeu a 1.863.198,06 €, enquanto o passivo totaliza 8.227.811,22 €. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de 30.567.829,37 €, sendo 1.950.000,00 € correspondente ao capital subscrito, 23.056,40 € a reservas legais, 38.250,67 € a outras reservas, 138.141,10 € relativos a resultados transitados, 28.404.072,74 € de outras variações do capital próprio. A estes valores foram somados 14.308,46 € provenientes do resultado líquido do período.

Para o financiamento do projeto foi contratualizado um empréstimo na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo no valor global de 5.000.000,00 €, sob a forma de descoberto eventual reembolsável em 120 prestações mensais. A conversão de Descoberto Eventual em crédito a prestações (médio-longo prazo), de acordo com o que estava contratualizado com a banca ocorreu em outubro de 2016, tendo a conversão sido efetuada pelo montante de 2.200.000,00€, montante este que estava em dívida no fim do período em análise.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 247.576,77€, dos quais 70.869,67€ são imputáveis ao exercício de 2016.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

Em suma, no período em referência a empresa faturou 1.881.887,94 € (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos 14.308,46 €.

5. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração informa que esta Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. O mesmo sucedendo com a administração fiscal.

6. RESULTADOS

Tal como anteriormente referido, o Resultado Líquido da sociedade no exercício de 2016 é de 14.308,46 €, propondo-se nos termos do artigo 25.º dos seus estatutos a seguinte aplicação de resultados:

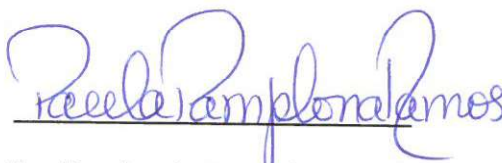
- Reservas legais: 2.861,69€;
- Reservas livres: 11.446,77€.

7. NOTA FINAL

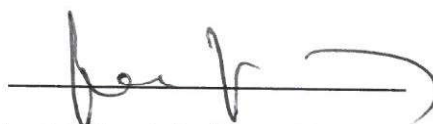
A finalizar, queremos expressar um agradecimento a todos os colaboradores que de forma direta ou indireta contribuíram de forma exemplar para os resultados desta empresa, bem como a todas as entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal da Praia da Vitória, Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e Praia Ambiente, EM.

Angra do Heroísmo, 23 de Março de 2017

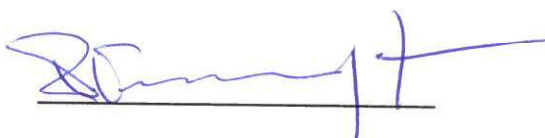
O Conselho de Administração



Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos



José Gabriel do Álamo Meneses



Paulo Ferreira Mendes Monjardino

P. Ramos

RH

[Signature]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

BALANÇO

31. Dezembro. 2016

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2016	31 Dezembro 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	36.625.491,46	35.194.819,42
Ativos intangíveis	7	305.176,18	316.607,41
Outros ativos financeiros	16	1.774,89	244,52
Total do activo não corrente		<u>36.932.442,53</u>	<u>35.511.671,35</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	19	101.608,79	3.715,04
Clientes	28	1.037.942,23	506.282,75
Estado e outros entes públicos	28	93.697,67	365.867,87
Outras contas a receber	28	461.837,37	2.766.940,25
Diferimentos	28	11.383,16	10.171,53
Caixa e depósitos bancários	4	156.728,84	9.359,63
Total do activo corrente		<u>1.863.198,06</u>	<u>3.662.337,07</u>
Total do activo		<u><u>38.795.640,59</u></u>	<u><u>39.174.008,42</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	6	1.950.000,00	200.000,00
Reservas legais		23.056,40	23.056,40
Outras reservas		38.250,67	48.635,72
Resultados transitados		138.141,10	135.621,80
Outras variações no capital próprio	23	28.404.072,74	29.444.831,37
		<u>30.553.520,91</u>	<u>29.852.145,29</u>
Resultado líquido do período	5	14.308,46	2.519,30
Total do capital próprio		<u>30.567.829,37</u>	<u>29.854.664,59</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	2.200.000,00	-
Total do passivo não corrente		<u>2.200.000,00</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	157.719,43	175.076,99
Estado e outros entes públicos	28	18.821,83	6.470,79
Financiamentos obtidos	11/28	-	3.252.497,11
Outras contas a pagar	28	5.827.224,13	5.885.298,94
Diferimentos	28	24.045,83	-
Total do passivo corrente		<u>6.027.811,22</u>	<u>9.319.343,83</u>
Total do passivo		<u>8.227.811,22</u>	<u>9.319.343,83</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>38.795.640,59</u></u>	<u><u>39.174.008,42</u></u>

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2016

Contabilista Certificado
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Álamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	1.881.887,94	754.019,37
Subsídios à exploração	23	10.094,17	1.250,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-308.481,92	0,00
Fornecimentos e serviços externos	10/31	-779.961,26	-668.272,17
Gastos com o pessoal	29	-623.013,80	-200.911,44
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	28	-37,98	-119,64
Aumentos / reduções de justo valor	16/18	-239,24	-85,04
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1.277.503,41	435.210,26
Outros gastos e perdas	5/31	-67.257,48	-77.262,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.390.493,84	243.828,76
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.311.282,43	-202.238,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		79.211,41	41.589,88
Juros e gastos similares suportados	10/11	-63.604,19	-37.472,44
Resultado antes de impostos		15.607,22	4.117,44
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.298,76	-1.598,14
Resultado líquido do período	5	14.308,46	2.519,30

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2016

Contabilista Certificado
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Alamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Havendo ajustamentos decorrentes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, os mesmos foram corrigidos prospectivamente e diretamente em resultados transitados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

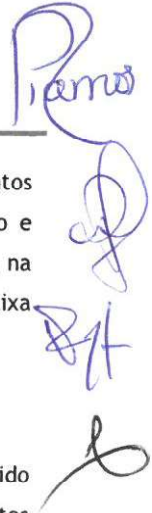
A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Pernes
D
PA

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2016, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor

de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante total de 2.734,05€, os quais porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2015 foi ajustado retrospectivamente no valor global de 2.734,05€, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2016, manteve-se a situação de apenas um dos administradores da sociedade auferir valores a título de remuneração, pelo exercício das respetivas funções, no montante bruto de 19.645,65€.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2016, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A 31 de dezembro de 2016 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 308.033,9€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

Ramos
RH

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2016 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

P. Amos
PH
O

10. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a empresa detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Em 31 de dezembro de 2016 a empresa tinha em curso um contrato de locação operacional, relativo a uma viatura ligeira de passageiros. As rendas pagas e a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

Em anexo, o Quadro 10 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, apresenta o valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período.

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual é disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2016 o valor à data em dívida no montante de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 247.576,77€, dos quais 70.869,67€ são imputáveis ao exercício de 2016.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 1.774,89€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Face à imaterialidade da valorização gerada pelo fundo, não houve reconhecimento de impostos diferidos.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se desenvolvida no Quadro 16 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

19. INVENTÁRIOS - APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de réditos reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, relativos a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio foram já apresentados e recebidos todos os pedidos de pagamento no montante global final de 35.383.920,12€, sendo que o valor imputável ao exercício de 2016, ascendeu a 2.681.235,26€.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 1.687.780,03€, dos quais 1.250.911,85€, são rendimentos do exercício de 2016, reportados à data de 31 de dezembro.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido um reajustamento relativo à variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita no montante global de 268.217,85€. A regularização anual acumulada relativa a esta rubrica ascende a 267.162,68€, dos quais 210.153,19€ são imputáveis ao exercício de 2016, sendo o saldo a regularizar em períodos futuros de 5.636.247,63€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2016). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Os subsídios à exploração estão relacionados com a criação de postos de trabalho e ascenderam em 2016 a 10.094,17€, tendo sido pagos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Relativamente a estes subsídios a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

Pamos
RA

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

Não ocorreram após a data do balanço acontecimentos que originem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A empresa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas de 13,6% para uma matéria coletável até 15.000 euros e a uma taxa de 16,8% para o montante de matéria coletável que exceda os 15.000 euros, uma vez que cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC.

Parnos
D
BH

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2016, encontra-se detalhado no Quadro 26 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autônomas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Valorizados ao custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos”);
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

B) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que,

Picmos
D
H
A

em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O Quadro 28 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2016.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Piarnos

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2016 ao valor global de 1.277.503,41€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

PH

PH

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 67.257,48€ no final do terceiro trimestre de 2016. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

b

Pamos
 [Handwritten signature]
 [Handwritten initials]

Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras

31. Dezembro. 2016

(Montantes expressos em euros)

Quadro 4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes		
	2015	2016
Caixa	2.892,09	1.038,94
Depósitos à Ordem	6.467,54	155.689,90
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	9.359,63	156.728,84

Quadro 5 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		Comparativo	Diferencial	Comparativo
Rendimentos e Gastos		2015		Reexpresso
Fornecimentos e serviços externos		-671.136,05	2.863,88	-668.272,17
Gastos com o pessoal		-200.781,61	-129,83	-200.911,44
Resultado líquido do período		-214,75	2.734,05	2.519,30
BALANÇO		Comparativo	Diferencial	Comparativo
		2015		Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		-214,75	2.734,05	2.519,30
Total do capital próprio		25.904.302,53	2.734,05	25.907.036,58
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores		177.940,87	-2.863,88	175.076,99
Outras contas a pagar		5.885.169,11	129,83	5.885.298,94
Total do passivo corrente		9.322.077,88	-2.734,05	9.319.343,83
Total do passivo		9.322.077,88	-2.734,05	9.319.343,83
Total do capital próprio e do passivo		39.174.008,42	0,00	39.174.008,42

Quadro 6 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante						
Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas								
Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	29.478,19			400,00		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	2.868,08					
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	416.847,14			35.893,34		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	184.304,83					

Quadro 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro. 2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2016
Goodwill		0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28
Outros ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2015	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2016
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	26.672,87	11.431,23	0,00	0,00	38.104,10
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>26.672,87</u>	<u>11.431,23</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>38.104,10</u>

Ramos
[Handwritten signatures]

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2015	Saldo em 31. Dezembro. 2016
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	316.607,41	305.176,18
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
	<u>316.607,41</u>	<u>305.176,18</u>

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2016
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	31.164.443,28	5.358.457,75	0,00	0,00	36.522.901,03
Equipamento básico	1.312.461,59	92.342,37	0,00	0,00	1.404.803,96
Equipamento de transporte	171.721,63	5.850,00	0,00	0,00	177.571,63
Equipamento administrativo	10.930,26	1.577,37	0,00	0,00	12.507,63
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	7.628,30	13.579,65	0,00	-3.292,88	17.915,07
Activos fixos tangíveis em curso	2.737.991,02	973.346,84	0,00	3.711.337,86	0,00
	<u>35.405.176,08</u>	<u>6.445.153,98</u>	<u>0,00</u>	<u>3.708.044,98</u>	<u>38.135.699,32</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2015	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2016
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	120.116,72	1.121.816,38	0,00	4.272,44	1.237.660,66
Equipamento básico	65.371,72	157.699,46	0,00	3.082,12	219.989,06
Equipamento de transporte	12.053,79	20.996,30	0,00	0,00	33.050,09
Equipamento administrativo	7.076,55	2.478,78	0,00	0,00	9.555,33
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	5.737,88	4.214,84	0,00	0,00	9.952,72
	<u>210.356,66</u>	<u>1.307.205,76</u>	<u>0,00</u>	<u>7.354,56</u>	<u>1.510.207,86</u>

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2015	Saldo em 2016
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	31.044.326,56	35.285.240,37
Equipamento básico	1.247.089,87	1.184.814,90
Equipamento de transporte	159.667,84	144.521,54
Equipamento administrativo	3.853,71	2.952,30
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	1.890,42	7.962,35
Activos fixos tangíveis em curso	2.737.991,02	0,00
	<u>35.194.819,42</u>	<u>36.625.491,46</u>

Quadro 10 LOCAÇÕES

	Locações Financeiras		Locações Operacionais	
	2015	2016	2015	2016
Valores reconhecidos como gastos do período	0,00	0,00	3.181,44	1.968,40

Ramos

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor Contratual	2015				2016			
		Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
		Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	2.200.000,00	1.833.268,45	3.252.497,11	0,00	0,00	3.252.497,11	0,00	0,00	2.200.000,00
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>2.200.000,00</u>	<u>1.833.268,45</u>	<u>3.252.497,11</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>3.252.497,11</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.200.000,00</u>
		2015	2016						
Custos dos empréstimos obtidos		<u>37.472,44</u>	<u>63.604,19</u>						

Quadro 16 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 31. Dezembro. 2015	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 31. Dezembro. 2016
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	244,52	1.833,90	64,29	-239,24	1.774,89
	<u>244,52</u>	<u>1.833,90</u>	<u>64,29</u>	<u>-239,24</u>	<u>1.774,89</u>

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVM / Variação de Produção

	2015		2016	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	5.043,72	0,00	3.715,04
Compras	0,00	24.062,30	0,00	453.563,00
Reclassificações/Regularizações	0,00	-25.390,98	0,00	-47.187,33
Inventário Final	0,00	3.715,04	0,00	101.608,79
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	308.481,92

Quadro 21 RÉDITO

	2015	2016
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	9.017,70	814.270,43
Prestação de serviços	745.001,67	1.067.617,51
Subsídios à Exploração	1.250,00	10.094,17
Subsídios ao Investimento	309.382,67	1.250.911,85
Juros	4,36	0,00
	<u>1.064.656,40</u>	<u>3.142.893,96</u>

Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2015					2016				
	Subsídios Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	3.144,02	116.423,99	119.568,01	33.572.475,29	33.692.043,30	119.568,01	1.083.990,31	1.203.558,32	32.488.484,98
Equipamento básico	1.295.512,44	0,00	65.719,12	65.719,12	1.229.793,32	1.295.512,44	65.719,12	152.321,54	218.040,66	1.077.471,78
Equipamento de transporte	146.000,00	0,00	1.216,67	1.216,67	144.783,33	146.000,00	1.216,67	14.600,00	15.816,67	130.183,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	124.341,49	126.022,89	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
	<u>35.383.920,12</u>	<u>127.485,51</u>	<u>309.382,67</u>	<u>436.868,18</u>	<u>34.947.051,94</u>	<u>35.383.920,12</u>	<u>436.868,18</u>	<u>1.250.911,85</u>	<u>1.687.780,03</u>	<u>33.696.140,09</u>

Pamos

 PIT

	2015			2016		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	5.671.400,67	-175.000,18	5.846.400,85	5.846.400,85	210.153,22	5.636.247,63
	2015			2016		
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos	34.947.051,94			33.696.140,09		
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	29.100.651,09			28.059.892,46		
Valor subsídios à exploração	1.250,00			10.094,17		

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2015	2016
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	41.589,88	15.607,22
Resultados fiscal do período	-11.835,37	-4.455,12
Reporte de rejuizos fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável do período	-11.835,37	-4.455,12
Imposto corrente	0,00	0,00
Tributações autónomas	1.213,95	1.298,76
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00%	0,00%

Imposto sobre o Rendimento

	2015	2016
Imposto Corrente	1.598,14	1.298,76
Imposto Diferido	0,00	0,00
	-1.598,14	-1.298,76

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros - Clientes

	2015	2016
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	506.225,78	1.037.923,24
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes de Cobrança Duvidosa:	214,39	214,39
Relativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas		
Reclamados judicialmente		
Em mora:	214,39	214,39
Há mais de 6 meses e até 12 meses	75,96	75,96
Há mais de 12 meses e até 18 meses		
Há mais de 18 meses e até 24 meses		
Há mais de 24 meses	138,43	138,43
Totais	506.440,17	1.038.137,63

	2015				2016			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:								
Relativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas				0,00	0,00			0,00
Reclamados judicialmente				0,00	0,00			0,00
Em mora:	37,78	0,00	119,64	157,42	157,42	0,00	37,98	195,40
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00		18,99	18,99	18,99		-18,99	0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	0,00			0,00	0,00		56,97	56,97
Há mais de 24 meses	37,78		100,65	138,43	138,43			138,43
Totais	37,78	0,00	119,64	157,42	157,42	0,00	37,98	195,40

	2015	2016
	Valor Nominal	Valor nominal
Valor Líquido de Clientes	506.282,75	1.037.942,23

Outros Ativos Financeiros

	2015	2016
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00
Outras contas a Receber:	2.766.940,25	461.837,37
Fornecedores (saldos contrários)	0,00	1.623,03
Adiant. e outras operações com o pessoal	0,00	438,11
Devedores por acréscimos de rendimentos:	85.697,49	435.706,40
Juros a receber	0,00	0,00
Outros acréscimos de rendimentos	85.697,49	435.706,40
Outros devedores	2.681.242,76	24.069,83
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros ativos financeiros correntes	0,00	0,00

	2015	2016
Diferimentos de gastos:		
Seguros	10.171,53	11.383,16
Rendas	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	10.171,53	11.383,16

	2015	2016
Estado e Outros Entes Públicos:		
IRC - A Recuperar	14.782,73	0,00
IRC - PEC's a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	251.085,14	6.599,22
IVA - Reembolsos Pedidos	100.000,00	87.000,00
Restantes Impostos	0,00	98,45
	365.867,87	93.697,67

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2015	2016
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	0,00	2.200.000,00
Leasing	0,00	0,00
	0,00	2.200.000,00
Correntes:		
Cartões de Crédito	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Contas Correntes Caucionadas	3.252.497,11	0,00
Livranças	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00
Factoring	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
	3.252.497,11	0,00

Outros Passivos Financeiros

	2015	2016
Fornecedores:	175.076,99	157.719,43
Fornecedores C/C	175.076,99	157.719,43
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00
Outras Contas a Pagar:	5.885.298,94	5.827.224,13
Clientes (saldos contrários)	5,99	1,05
Pessoal	268,09	94,69
Fornecedores de Investimentos	6.374,45	3.500,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	100.000,00
Credores por acréscimos de gastos:	32.198,40	82.516,08
Remunerações a pagar ao pessoal	31.145,60	76.685,20
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	1.052,80	5.830,88
Outros Credores	5.846.452,01	5.641.112,31
	2015	2016
Diferimentos de Rendimentos:		
Rendimentos a Reconhecer	0,00	24.045,83
	0,00	24.045,83

Ramos

RH

[Handwritten signature]

Ramos

 RFT

	2015	2016
Estado e Outros Entes Públicos:		
IRC - A Pagar	0,00	1.298,76
IRS - Reteções na fonte a pagar	1.279,52	3.828,04
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	5.191,27	12.372,05
Contribuições para a CGA	0,00	1.318,93
Contribuições ADSE	0,00	4,05
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	<u>6.470,79</u>	<u>18.821,83</u>

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2015		2016	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	14	27.275	32	62.496
Pessoas REMUNERADAS	14	27.275	32	62.496
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	14	27.275	32	62.496
Pessoas a TEMPO COMPLETO	13	26.271	31	61.504
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	13	26.271	31	61.504
Pessoas a TEMPO PARCIAL	1	1.004	1	992
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	1	1.004	1	992
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	14	27.275	32	62.496
Homens	11	21.084	28	54.560
Mulheres	3	6.191	4	7.936
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetas à I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário				

Gastos com Pessoal

	2015	2016
Remunerações dos órgãos sociais	19.633,55	19.645,65
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	137.994,41	472.999,22
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	38.086,93	109.533,02
Contribuições para a Segurança Social	37.133,74	107.732,28
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	20,83	162,86
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	932,36	1.631,63
Quotizações ADSE	0,00	6,25
Seguros de Acidentes de Trabalho	3.180,20	8.896,92
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	2.016,35	11.938,99
Formação	0,00	528,92
Higiene e segurança no trabalho	10,00	616,00
Fardamento	2.006,35	10.794,07
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	<u>200.911,44</u>	<u>623.013,80</u>

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2015	2016
Subcontratos	75.926,06	58.192,46
Serviços Especializados	394.346,51	509.061,83
Trabalhos especializados	360.722,99	426.416,69
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	7.258,00	4.455,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	23.034,12	74.335,89
Serviços Bancários	3.328,75	3.260,75
Outros Serviços Especializados	2,65	593,50
Material	42.458,59	70.555,88
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	432,98	1.758,71
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	2.663,92	1.514,49
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	39.361,69	67.282,68
Energia e Fluidos	126.431,41	87.092,47
Electricidade	95.899,28	24.853,68
Combustíveis	23.162,20	43.612,78
Água	5.063,37	10.055,63
Outros	2.306,56	8.570,38
Deslocações e estadas	1.722,10	4.707,85
Serviços diversos	27.387,50	50.350,77
Rendas e aluguéis	3.706,44	3.024,47
Comunicações	9.420,25	21.843,82
Seguros	5.000,32	7.971,23
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	473,52	760,30
Despesas de representação	2.387,27	3.157,52
Limpeza, higiene e conforto	822,09	1.707,96
Outros serviços diversos	5.577,61	11.885,47
Total FSE	668.272,17	779.961,26

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	2015	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,84	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	435.203,06	1.277.503,41
Juros Obtidos	4,36	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	435.210,26	1.277.503,41

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2015	2016
Impostos	60.827,60	57.826,34
Descontos concedidos	4,64	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	14.160,00	12,50
Outros	2.270,02	9.417,30
Juros de mora e compensatórios	0,32	1,34
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	77.262,58	67.257,48

Contabilista Certificado
N.º 31798

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

José Gabriel do Alamo Meneses

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

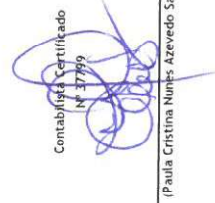
(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Múnci. Gest. Valor. Ambiental IT, EM
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2016

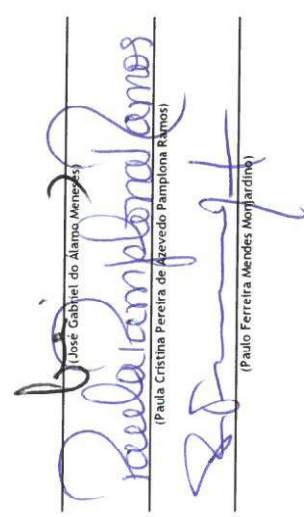
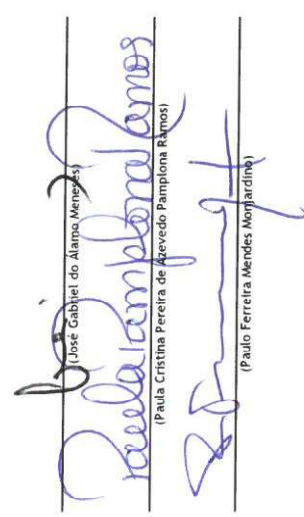
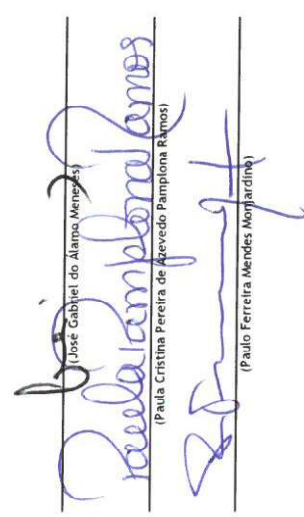
(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmittidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	200.000,00	-	-	-	23.056,40	48.635,72	135.621,80	-	-	29.444.831,37	2.519,30	29.854.664,59
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital												
Transferência de Resultados												
Correcções relativas a exercícos anteriores							(214,75)				214,75	
Correcções relativas a exercícos anteriores - Correcções no Comparativo							(2.304,55)				2.304,55	
Subsídios ao investimento												
Doações										(1.040.758,63)		(1.040.758,63)
Resultado líquido do período							(2.519,30)			(1.040.758,63)	2.519,30	(1.040.758,63)
Resultado integral											14.308,46	14.308,46
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital	1.750.000,00											
Realizações de prémios de emissão						(10.385,05)						
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	1.750.000,00	-	-	-	23.056,40	38.250,67	133.102,50	-	-	-	19.347,06	30.567.809,37

Contabilista Certificado
 Nº 37799


(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração


 (José Gabriel do Alamo Mendes)

 (Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

 (Paulo Ferreira Mendes Montardino)

TERAMB-Emp. Munic. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2016

(Montantes expressos em euros)

	2016	2015	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	1.296.675,88	741.977,81	
Pagamentos a fornecedores	-1.487.667,71	-739.565,97	
Pagamentos ao pessoal	-360.872,84	-119.811,69	
Caixa gerada pelas operações	-551.864,67	-117.399,85	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	124.802,50	59.265,19	
Outros recebimentos / pagamentos	-3.281.150,43	1.374.288,48	
Fluxos das actividades operacionais [1]	-3.708.212,60	1.316.153,82	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-960.264,64	-21.605.289,12	
Activos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	0,00	0,00	
Outros activos	-1.848,91	-228,99	-21.605.518,11
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	0,00	-2.162.928,27	
Activos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	64,29	0,00	
Outros activos	0,00	0,00	
Subsídios ao investimento	2.681.235,26	22.498.889,61	
Juros e rendimentos similares	0,00	4,36	
Dividendos	0,00	0,00	20.335.965,70
Fluxos das actividades de investimento [2]	1.719.186,00	-1.269.552,41	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	2.200.000,00	0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Cobertura de prejuizos	0,00	0,00	
Doações	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	
Juros e gastos similares	-63.604,19	-37.472,44	
Dividendos	0,00	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	-37.472,44
Fluxos das actividades de financiamento [3]	2.136.395,81	-37.472,44	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	147.369,21	9.128,97	
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.359,63	230,66	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	156.728,84	9.359,63	

O anexo faz parte integrante do Balanço em:

31. Dezembro. 2016

Técnico Oficial de Contas
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

José Gabriel do Álamo Meneses

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)



PARECER FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 que evidencia um total de 38.795.640,59 Euros e um total de capital próprio de 30.567.829,37 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.308,46 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.M. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.




SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 23 de março de 2017



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881



PARECER ASSEMBLEIA GERAL

ATA n.º 34

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e dezassete, pelas nove horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita no Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da mesma empresa. Presidiu José Gaspar Rosa de Lima, encontrando-se também presente Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

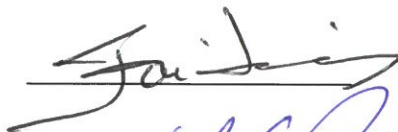
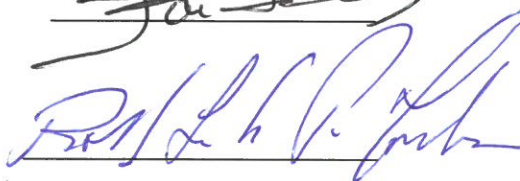
1 – Apreciação do Relatório de gestão e contas de 2016

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprova-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- Total do Ativo: 38.795.640,59 €
- Total do Passivo: 8.227.811,22 €
- Capitais Próprios: 30.567.829,37 €
- Volume de negócios: 1.881.887,94 €
- Resultados líquidos: 14.308,46 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade.

O Presidente
(José Gaspar Rosa de Lima)

O Secretário
(Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro)